

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Responsabilidade Civil do Estado por Omissão em Dano Ambiental

Autor(es)

Volnei Rosalen

Matheus Willian Moreira De Souza

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

A degradação ambiental causada pelo descarte inadequado de resíduos industriais continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelo Estado contemporâneo. Quando a omissão do poder público na fiscalização ou no controle dessas atividades resulta na morte de um rio, coloca-se em evidência uma questão central: pode o Estado ser responsabilizado civilmente ao lado do agente poluidor direto? A Constituição Federal de 1988 consagra, em seu artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (MUKAI, 2017). Nesse contexto, a pesquisa busca analisar a responsabilidade civil do Estado quando o dano ambiental decorre não de uma ação comissiva, mas de uma conduta omissiva — isto é, da falha em fiscalizar, licenciar ou regulamentar atividades potencialmente poluidoras.

Objetivo

Analizar o fundamento jurídico da responsabilidade civil do Estado por omissão em matéria ambiental, delimitando o regime aplicável (subjetivo ou objetivo) com base na legislação e na jurisprudência.

Referência Bibliográfica: FERREIRA, Sérgio de Andréa, 2021.

Material e Métodos

Material e Métodos:

A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando o método dedutivo na análise (GIL, 2017). O procedimento metodológico consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo do geral (a responsabilidade civil do Estado) para o particular (a responsabilidade civil do Estado por omissão em caso de dano ambiental). O estudo baseia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) e em análises de doutrina especializada em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Ambiental. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) é consultada para delinear o posicionamento sobre a Teoria do Risco Integral aplicada ao tema.

Resultados e Discussão

A responsabilidade civil do Estado por dano ambiental difere da regra geral (subjetiva, com exigência de culpa, prevista no art. 37, § 6º, da CF), ao ser regida pela responsabilidade objetiva, conforme a Teoria do Risco Integral

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



(art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81).

Essa exceção se justifica pela natureza do bem jurídico tutelado, que é difuso e coletivo, afetando toda a sociedade e gerações futuras. A omissão estatal viola um dever legal específico de proteção (ex.: fiscalizar o descarte de esgoto industrial) e se configura como causa eficiente ou concausa do dano. Nesses casos, a inéria do poder público transcende o âmbito meramente administrativo e representa uma falha no cumprimento da função constitucional de tutela ambiental, concorrendo diretamente para o resultado lesivo, como a contaminação e a "morte" de um rio (FIORILLO, 2018).

Conclusão

A responsabilidade civil do Estado por omissão em dano ambiental é, frequentemente, objetiva. Essa conclusão é sustentada pelo art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81 e pelo dever de proteção do art. 225 da CF/88. Ao violar seu dever de fiscalização, a inação estatal é um fator causal que atrai a responsabilidade objetiva, tornando o ente público solidário na reparação integral do dano. Esse rigor é crucial para a efetividade da tutela ambiental e para coibir a inéria administrativa.

Referências

Livros:

FERREIRA, Sérgio de Andréa. Responsabilidade Civil do Estado. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MUKAI, Toshio. Direito Ambiental Sistematizado. São Paulo: Saraiva, 2017.

Leis:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981.